



**PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO 25010-F/2025 - Aquisição  
Mobiliário**

**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

**1 - Objeto do Contrato**

Aquisição de mobiliário diverso destinado a vários serviços do Município de Mangualde .

**2 - Tipo do contrato**

Aquisição de Bens Móveis.

**3 - Designação:**

Aquisição de mobiliário diverso destinado a vários serviços do Município de Mangualde

**4 - Classificação CPV em que se insere o objeto do contrato**

A classificação CPV em que se insere o objeto do contrato é Mobiliário de escritório com a referência interna 39130000-2.

**5 - Prazo da execução do contrato**

6 Meses

**6 - Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é o Município de Mangualde, situada em Largo Dr. Couto, 3534-004 Mangualde, com os números de telefone 232619880 e de fax 232623958 e com o endereço eletrónico expediente@cmmangualde.pt

**7 - Órgão responsável pela decisão de contratar**

A decisão de contratar é da responsabilidade da Presidência .

**8 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta preliminar ao mercado**

Sim

**9 -**

**Previsão de renovações**

Não

**10 - Contrato adequado para PME**

Sim

**11 - Gestores de contrato**

José Henriques Lopes Figueira

**12 - Critério**

O procedimento será realizado através do critério do valor.

**13 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato**

Artigo 20.º, n.º 1, alínea d ) do Código dos Contratos Públicos

**14 - Aplica-se a contratos reservados(54-A )?**

A participação não está reservada

**15 - O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública?**

Não

**16 - Preço Base**

O preço base fixado será de 13.100,00 euros.

**17 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta**

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada como o modelo constante do anexo I do CCP;
- Se a assinatura digital qualificada não identificar o poder para representação e/ou obrigação da entidade, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, conforme nº 7, do art.º 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, por exemplo certidão permanente, procuração ou outros.

**18 - Idioma dos documentos da proposta**

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

**19 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados**

- Certidão permanente ou declaração de início da atividade;
- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
- Documento de identificação e residência de quem outorga o respetivo contrato escrito;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b ), d ), e ) e h ) do n.º 1 do artigo 55.º;
- No caso da assinatura na plataforma não ser a de quem tem poderes para assinar contratos escritos, deverá juntar documento (procuração ou outro ) que lhe dê poderes para tal ato.

**20 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação**

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

**21 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados**

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

**22 - Prazo para entrega da proposta**

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 6 dias a contar a partir da data do envio dos convites, até às 17 horas.

**23 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta**

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

**24 - Elementos da proposta**

A proposta deverá conter:

- Preço unitário conforme lista de artigos, a preencher diretamente no formulário da plataforma AcinGov;.

**25 - Modo de apresentação da proposta**

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

**Obrigação de Subcontratação**

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

**Indicação de Subcontratação na Proposta**

Inexistência de indicação de subcontratação.

**26 - Pedidos de esclarecimentos**

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso a Presidência.

**27 - Prestação da caução**

Não é exigida a prestação de caução.

**28 - Dever de informação (Artigo 71.º, Lei n.º 169/99, de 18 de setembro )**

O órgão responsável compromete-se a informar por escrito, no processo, se foram cumpridas todas as obrigações legais ou regulamentares, relativamente a todos os processos que corram pelos serviços que dirige e careçam de decisão ou deliberação dos eleitos locais, assim como a emitir prévia informação escrita no âmbito da instrução de pedidos de parecer a submeter à administração central.

\* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.